

Economia - Brasil

Maioria acredita que a crise política acarreta prejuízos à economia

A pesquisa CNI/Ibope registrou a crença da população na vulnerabilidade da economia frente à crise política, que já se arrasta há sete meses. Saltou de 40%, registrados em setembro, para 48% na primeira semana deste mês o número de brasileiros que acredita no abalo negativo da economia por conta dos escândalos que assolam o Congresso e o Palácio do Planalto. Por outro lado, 17% dos entrevistados afirmaram acreditar que a crise política não trará alterações para a economia, 7% menos que na sondagem anterior.

A indefinição sobre a permanência ou não do ministro Antônio Palocci na pasta da Fazenda também foi abordada pela pesquisa. Cerca de 39% dos entrevistados acreditam que a saída do ministro não traria qualquer problema para a estabilidade econômica. O número é bastante aproximado do percentual de pessoas que avaliam com desconfiança uma possível demissão de Palocci, que é de 33%.

A gestão de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto entre 2001 e 2002 está sob investigação. Há denúncias de esquemas de desvios de dinheiro público na estrutura do governo municipal para alimentar um possível caixa dois no PT. Há dois meses Palocci vem sendo bombardeado, pela oposição e por integrantes do governo, que criticam a condução da política econômica. "É bastante relevante que um terço da população veja Palocci como um fator de estabilidade

na economia", afirma Amauri Teixeira, consultor da CNI.

Outro índice que aciona o sinal vermelho no Palácio do Planalto é a avaliação negativa de todas as sete áreas questionadas pela pesquisa: combate à fome e à pobreza; saúde e educação; segurança pública; combate à inflação; taxa de juros; combate ao desemprego; impostos.

Carro-chefe da campanha de Lula em 2002, os programas sociais voltados à população de baixa renda revelam-se ineficazes para empurrar a boa avaliação do presidente. Metade dos entrevistados desaprova as políticas de combate à fome e à pobreza, contra 46% que aprovam. Comparado à sondagem anterior, diminuiu em 3% o número de brasileiros que aprova os programas das áreas de saúde e educação, registrado em 47% (sendo que 48% desaprovam). "A compreensão da crise avançou em determinadas faixas da população que na última pesquisa, em setembro, não havia mostrado reação mais clara", explicou Marco Antônio Guarita, diretor de operações da CNI.

Os piores índices são revelados na avaliação sobre as taxas de juros (que chegaram a 19,75% este ano, de maio a agosto) e sobre os impostos — áreas tradicionalmente mais delicadas. Cerca de 63% dos brasileiros desaprovam os juros estabelecidos pelo Banco Central, e 69% não estão satisfeitos com os impostos.

(M.S.)